



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental nº 0212939-1/01 – Comarca de Recife

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Alexandre Albuquerque de Bulhões

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. REJEITADO. CONCURSO PÚBLICO. CARGO DE ASSISTENTE DE TRÂNSITO. CANDIDATO APROVADO EM TODAS AS FASES E INADMITIDO DE TOMAR POSSE POR NÃO APRESENTAR DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL NO PRAZO ESTABELECIDO. REQUERIMENTO PARA APRESENTA-LOS EM DATA POSTERIOR POR MOTIVO DE FORÇA MAIOR. POSSIBILIDADE. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA RAZOABILIDADE NÃO CONFIGURADA. PRESENÇA DE JUSTIFICATIVA PLAUSÍVEL. RECURSO IMPROVIDO.

1.O Edital é a lei do concurso, que deve estabelecer normas garantidoras do tratamento isonômico e impor a igualdade de condições para o ingresso no serviço público, daí no caso em concreto, a ingerência do Poder Judiciário reputa-se necessária, uma vez que visa assegurar o direito público subjetivo, em homenagem ao princípio da legalidade garantido pela Constituição Federal/88, o que força a rejeitar a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido.

2. À míngua de comprovação do preenchimento dos requisitos necessários à investidura no cargo, não se pode garantir a posse de candidato aprovado sem o mesmo preencher os requisitos norteadores do certame.

3. Entretanto, como os requisitos para o acesso ao serviço público devem, a rigor, estar vinculados à natureza do cargo, tendo como base os princípios da legalidade e da razoabilidade, não vislumbro, qualquer motivação razoável, fazer recair sobre o candidato ao cargo de Assistente de Trânsito sua eliminação, retirando-o o direito à nomeação, por falta de documentos os quais podem muito bem ser providenciados sem prejuízo algum para o agravante, além do mais, restou claro nos autos que o



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

demandante compareceu dentro do prazo com o intuito de ver o prazo dilatado, sendo instruído de forma inadequada para tanto pelo próprio DETRAN.

4. Agravo Regimental a que se nega provimento de forma indiscrepante.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo Regimental nº 0212939-1/01, acima mencionado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em sessão realizada no dia ____/____/2010, negar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 20 de 05 de 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental nº 0212939-1/01 – Comarca de Recife

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Alexandre Albuquerque de Bulhões

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Regimental hostilizando decisão interlocutória proferida às fls. 75/78 dos autos do Agravo de Instrumento em apenso, que, indeferindo o desiderato de efeito suspensivo requestrado, manteve incólume a decisão de primeiro grau que modificou o ato administrativo que considerou o agravado inapto para a nomeação no cargo de Assistente de Trânsito, por perda de prazo da posse por não apresentar documentação necessária exigida pelo edital do certame, de acordo com item 12.9.

Em suas razões, de fls. 02/09, aduz o ora agravante preliminarmente a impossibilidade jurídica do pedido e ferimento ao princípio constitucional da separação dos poderes estampado no art. 2º da CF/88, e no mérito, que o ato administrativo atacado não contraria o princípio da legalidade, da publicidade e da razoabilidade, não assistindo razão o reclamado pelo agravado que pleiteia o direito de renovação do prazo para apresentação dos exames e documentos necessários à nomeação na supracitada função pública.

Achando por bem não exercer o juízo de retratação, apresento nesta oportunidade o presente Agravo Regimental para julgamento nesta Egrégia 8ª Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, 20 de 01 de 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental nº 0212939-1/01 – Comarca de Recife
Agravante: Estado de Pernambuco
Agravado: Alexandre Albuquerque de Bulhões

**PRELIMINAR DE
IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO**

Suscita o agravante a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido, sob o argumento que o Poder Judiciário não pode substituir o administrador público, pois "há na espécie, tentativa manifesta de infrigência ao princípio constitucional da separação dos poderes, previsto no art. 2º da CF, uma vez que se pretende trazer para o Judiciário competências exclusivas do Executivo (através dos agentes incumbidos de presidir e promover o concurso público)." (fls. 04).

Cuido que a suscitação não resiste aos rigores da norma processual – art. 267, VI, do CPC, que estabelece como causa extintiva de ação, quando nela não concorrer qualquer das condições de ação: possibilidade jurídica, legitimidade das partes e interesse processual.

Cingindo-me a reclamada ausência de condição por possibilidade jurídica, adianto que o tema é por demais enfrentado no âmbito dos Tribunais e já se encontra pacificado no sentido de que ela se perfaz quando inexistente no direito positivo de vedação expressa ao pleito contido na ação.

A alegação do agravante de que o Poder Judiciário não pode substituir o administrador público para estabelecer as prioridades e as normas editalícias de certame, não se insere na amplitude legal do anotado comando processual, sendo certo e repetidamente ministrado pelos Tribunais, que em tais casos, o que legitima a ação eficaz através do devido processo legal, pois, destaque-se que não há violação à separação dos poderes quando o Judiciário intervém em questões de mérito administrativo com a intenção de garantir a observância ao princípio da legalidade.



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

No caso em concreto, a ingerência do Poder Judiciário reputa-se necessária, uma vez que visa assegurar o direito público subjetivo, garantido através de Constituição/88.

Sob tais fundamentos, o meu voto é proferido no sentido de conhecer a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido suscitada pelo agravante, para rejeitá-la.

É como voto.

Recife, 20 de 05 de 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental nº 0212939-1/01 – Comarca de Recife

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Alexandre Albuquerque de Bulhões

VOTO

Na hipótese em apreço, entendo que não merece albergue a postulação do agravante, vez que não se encontram presentes os requisitos necessários à concessão do efeito excepcional requestado, quais sejam, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, senão vejamos.

É certo que, com o advento da Constituição Federal de 1988, tornou-se obrigatória a aprovação prévia em concurso público para o provimento de quaisquer cargos ou empregos na Administração (Direta e Indireta), a qual, segundo os ensinamentos de Hely Lopes Meirelles, "(...) é livre para estabelecer as bases do concurso e os critérios de julgamento, desde que o faça com igualdade para todos os candidatos, tendo, ainda, o poder de a todo tempo, alterar as condições e requisitos de admissão dos concorrentes, para melhor entendimento do interesse público"¹.

Nessa mesma linha, ressaltando que o edital é a lei interna do certame e que sua estrita observância garante a objetividade da atuação administrativa, merece destaque a disposição editalícia contida no subitem 12.9, que estabelece como causa eliminatória do certame a incidência por parte do candidato que não atender à convocação para a apresentação dos requisitos citados no item 4 do edital, no prazo de 30 (trinta) dias prorrogável na forma da lei, sendo portanto, considerado desistente, e automaticamente excluído do certame, perdendo seu direito à vaga.

Na hipótese em apreço, como já mencionade alhures, verifica-se que o agravante restou desclassificado por perda de prazo na apresentação da documentação exigida pelos organizadores do certame, conforme item 4 do edital. Acontece que, compulsando os autos, percebe-se que a publicação da nomeação do autor foi feita no Diário Oficial de 31/12/2008, tendo o candidato o prazo de 30 dias para tomar

¹ Meirelles, Hely Lopes, Direito Administrativo Brasileiro, 17ª edição, p. 376.



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

posse, conforme determina a Lei 6.123/1968, ou seja, até a data de 31/01/2009.

Sabe-se também, que o telegrama enviado pelo Detran foi entregue a pessoa diversa do agravado, e que o mesmo compareceu um dia antes do termino do prazo aduzindo interesse em assumir o cargo e formulou o pedido de fls. 15 dos autos, pedindo providências sobre possível preterição na ordem de nomeação, conforme notícia o Juízo *a quo* em sua interlocutória, além do mesmo ter sido mal instruído no requerimento peticionado.

Com efeito, como os requisitos para o acesso ao serviço público devem, a rigor, estar vinculados à natureza do cargo, não vislumbro, qualquer razoabilidade em fazer recair sobre o candidato ao cargo de Assistente de Trânsito sua eliminação, retirando-o o direito à nomeação, motivado por falta de documentos os quais podem muito bem serem providenciados sem prejuízo algum para o agravante, além do mais, restou claro nos autos que o demandante compareceu dentro do prazo com o intuito de ver o prazo dilatado, sendo instruído de forma inadequada para tanto.

Destarte, tenho que a exclusão do agravado afigura-se aparentemente abusiva, tendo em vista que a aludida exigência editalícia pode ser obedecida pelo mesmo.

Visto posto, vislumbra-se nos autos, em face ao seu caráter plenamente reversível, não incorrer qualquer dano ao agravante a dilatação do prazo, como inclusive o próprio agravante tantas vezes faz uso nas inúmeras relações administrativas que se vê forçada a estender prazos de entrega de protocolos, documentos, certidões, etc, causados pela burocracia administrativa tão comum em nosso país.

Neste mesmo sentido, junto ementa de julgado proferido pelo STJ, em caso análogo, senão vejamos:

EMENTA: RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CURSO DE FORMAÇÃO. CANDIDATO APROVADO EM TODAS AS FASES. DOCUMENTO EXIGIDO NO EDITAL. CERTIDÃO NEGATIVA DE PROTESTO DE TÍTULOS. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E RAZOABILIDADE CARACTERIZADA. PRAZO DIFERENTE PARA A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS. AUSÊNCIA DE



13424

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

JUSTIFICATIVA PLAUSÍVEL. FREVISÃO EXPRESSA DO EDITAL INCOMPATÍVEL COM O PRINCÍPIO DA ISONOMIA, QUE DEVE NORTEAR OS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RECURSO PROVIDO.

1.O Edital é a lei do concurso, que deve estabelecer normas garantidoras do tratamento isonômico e impor a igualdade de condições para o ingresso no serviço público.

2.À mingua de comprovação do preenchimento dos requisitos necessários à investidura no cargo, não se pode garantir a participação de candidato a Policial Militar no Curso de Formação da Corporação. A não apresentação de documento exigido no certame autoriza a eliminação do candidato.

3.Contudo, no caso, o Edital foi alterado para permitir que a Carteira Nacional de Habilitação fosse apresentada somente ao final do Curso de Formação. Tal regra também deve ser estendida à apresentação da Certidão de Protesto de Títulos, que tem por objetivo avaliar a idoneidade do candidato, antes de seu ingresso no Curso de Formação. Hipótese em que o candidato apresentou certidão positiva de apenas um protesto de título e busca tratamento idêntico ao conferido para a apresentação da CNH.

4.Pretensão que merece acolhida, à falta de qualquer fundamento para a distinção de tratamento conferido no Edital para a apresentação de documentos, tanto que a alteração levada a efeito para a apresentação da CNH não foi acompanhada de qualquer justificativa pela autoridade apontada como coatora, de sorte a configurar evidente afronta ao princípio da isonomia.

5.Outrossim, se se revela razoável, à primeira vista, a concessão de maior lapso temporal para a apresentação da CNH, até mesmo para possibilitar a aquisição de Carteira de Habilitação para os candidatos aprovados na 1a. fase, maior razão ainda se vislumbra para o alargamento do prazo também para a apresentação de Certidão Negativa de Protesto de Títulos, porquanto, até o encerramento do Curso de Formação, o candidato poderá discutir em juízo o valor do débito, ou mesmo, dispor de meios para solvê-lo, uma vez que tão-só o ingresso no Curso de Formação já confere remuneração ao candidato, de sorte a viabilizar a quitação da dívida ou a obtenção de empréstimo para tanto.

6.Recurso Ordinário provido, para conceder a segurança pretendida, a fim de assegurar ao recorrente o direito de



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

apresentar a Certidão Negativa de Protesto de Título até o término do Curso de Formação Básica Policial Militar; a apresentação de tal documento, nessa oportunidade, fica erigida em condição sine qua non de sua nomeação e posse.

RMS 24629 / RO REC. ORDINÁRIO EM MS 2007/0169855-6 Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO Órgão Julgador T5 - QUINTA TURMA -- STJ DJ 29/05/2008 Data da Publicação/Fonte DJe 04/08/2008.

Ante o exposto, voto pelo improvimento do presente Agravo Regimental, com a manutenção da decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife 20 de 01 de 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator